



**O Governo abana irremediavelmente
com a luta de quem trabalha!**

**CML desrespeita as normas sobre saúde
e segurança no trabalho!**

Pág. 3

**O anteprojeto do Governo para os
trabalhadores da Administração Pública.**

Pág. 10 - 11

Obviamente, a luta continua!

Entrámos num momento extraordinário da história recente do nosso país, em que a luta dos trabalhadores portugueses é um elemento determinante no rumo que é necessário impor, em defesa dos interesses nacionais, o mesmo é dizer, dos interesses dos trabalhadores e do povo português.

A Greve Geral do passado dia 27 de junho foi um marco incontornável num abanão que será irreversível para a estabilidade do Governo de Passos Coelho e Paulo Portas, agora empossado vice-primeiro ministro. A demissão de Vítor Gaspar e a telenovela protagonizada por Paulo Portas (além da demissão de Miguel Relvas), demonstraram claramente que a força, quando organizada e firme, está nas mãos de quem trabalha.

Os trabalhadores disseram **BASTA!** Ao longo de dois anos e meio de uma luta intensa, materializada em manifestações, nacionais e sectoriais, de 4 greves gerais, o governo abanou ao ponto de se considerar como irreversível a sua queda definitiva, mais cedo ou mais tarde. Contudo, mais importante do que a derrota do atual governo é a derrota da política seguida nos últimos anos. Uma política que não é aceite pela esmagadora maioria dos portugueses. Uma política de *dois pesos e duas medidas* que privilegia unicamente os interesses dos grandes grupos económico e financeiros em detrimento dos interesses do povo e dos trabalhadores. Por isso afirmamos que a luta continua até à construção de uma alternativa política credível em oposição à alternância que há décadas caracteriza o nosso país!

Para muitos **trabalhadores do município**, o período de férias chegou ou está a chegar. Contudo, as férias de verão de 2013, para quem as pode realizar, serão muito diferentes do que já aconteceu porventura em anos anteriores.

É verdade que recebemos o nosso subsídio de férias, ilegalmente retirado por um governo sem ponta de legitimidade. Mas, para uma imensa maioria, o valor do subsídio [inferior a anos passados face à sobretaxa de IRS] servirá principalmente para equilibrar contas e saldar o que for possível das dívidas que se foram acumulando inexoravelmente, desde que este governo entrou em funções. Uma maioria assente nos partidos da direita – PSD/CDS-PP - que tem imposto um retrocesso intolerável nas condições de vida, não só dos trabalhadores do município mas de todos os portugueses.

Num contexto em que devemos ser abnegados e persistentes na luta pelos nossos direitos e interesses, não podemos deixar de valorizar o **recuo** do presidente António Costa obrigado a negociar com os sindicatos (STML e STAL), todas as matérias que estão implícitas ao processo de transferência de competências para as juntas de freguesia. Determinante foi a ameaça de uma semana de greve, de 10 a 16 de junho que demonstrou, não só a disponibilidade dos trabalhadores em lutar pelos seus postos de trabalho, como sujeitou o presidente da CML a assumir importantes compromissos, essenciais, face à salvaguarda dos interesses dos trabalhadores. Até ao fim deste mandato, não se coloca qualquer intenção de transferir competências, aplicar a mobilidade especial ou privatizar qualquer serviço municipal. Obviamente, a luta depois de 29 de setembro, terá, impreterivelmente, novos desenvolvimentos, com uma diferença em relação aos últimos meses: estaremos numa negociação em vez de um processo de imposição.

Os meses de julho e agosto terão importantes desafios para todos os trabalhadores da administração pública. A resposta dada no passado dia 27 de junho, na extraordinária adesão à Greve Geral ou à concentração em Belém a 6 de julho, ambas convocadas pela CGTP-IN, demonstrou claramente o sentimento da imensa maioria dos trabalhadores, inde-

pendentemente de serem provenientes da administração local, central ou regional [ou mesmo do setor privado]. A exigência maior continua a ser a demissão deste governo e a convocação de eleições antecipadas, única possibilidade de travar a aplicação de um conjunto de medidas que nos empurram para um passado sem perspectivas de futuro.

Serão deste modo, resumidamente, meses de luta, dando continuidade a todo um processo de contestação que se iniciou logo após termos conhecimento das verdadeiras intenções do PSD, sem esquecer o CDS-PP, que conseguiu ganhar as eleições legislativas pela via da demagogia e da mentira. Por estas razões se afirma consensualmente que o governo de Passos e Portas carece de legitimidade!

Carece igualmente de legalidade se atentarmos às decisões do Tribunal Constitucional de 2012 e 2013. Nestas decisões de natureza política/judicial, torna-se incontornável referir a importância, determinante, da luta organizada de milhões de portugueses ao longo dos últimos dois anos que influiu nos desfechos já conhecidos por todos. Resultados ainda insuficientes, considerando a necessidade cada vez mais premente em derrubar este governo, isolado da sociedade que afirma governar e desprezando um povo que, por um breve e infeliz desengano, lhe concedeu algum tipo de crédito. Está na hora, está na hora d'ó Governo ir embora!

Não tenhamos dúvidas! A luta irá inevitavelmente continuar! ■



**Fora com um
governo ilegal e
ilegítimo!
Exigimos
eleições antecipadas!**



o **trabalhador**
da CML

<http://www.stml.pt>

Diretor: Vítor Reis ■ **Corpo Redatorial:** Luis Dias, Nuno Almeida, Mário Souto, Francisco Raposo, Frederico Bernardino ■ **Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1º Dtº 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - **Email:** stml@stml.pt ■ **Internet:** www.stml.pt ■ **Impressão:** MX3 Artes Gráficas, Lda ■ **Periodicidade:** Bimestral ■ **NIF:** 500850194 ■ **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML ■ **Tiragem:** 4.000 exs. ■ **Depósito Legal:** 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

O que será necessário para que a CML cumpra e salvaguarde as condições de saúde e segurança no trabalho?

Ao longo dos últimos meses, o STML tem alertado e denunciado um conjunto de situações inadmissíveis respeitantes às condições de saúde e segurança no trabalho que, pelo facto de não serem resolvidas por quem de direito, continuam a prejudicar em grande medida os trabalhadores do município, principalmente aqueles onde as condições de trabalho inviabilizam qualquer discurso em torno da eficiência, eficácia ou economia de recursos. Um discurso hoje muito em voga e que tem justificado em inúmeras situações, medidas contra os interesses dos próprios trabalhadores e do serviço público que pode e dever ser prestado à população e à cidade de Lisboa.

Relembramos os casos concretos na **Brigada de Calceteiros**, cuja transferência de instalações demorou uma eternidade a concretizar-se, mesmo com a ameaça de desabamento do edifício conjunto às instalações destes trabalhadores. A transferência foi possível mas o local atual, não reúne as condições e os requisitos mínimos no que concerne aos interesses de quem trabalha e à qualidade do serviço público que se deseja prestar.

Temos ainda o caso da **Brigada de Coletores**, cujas instalações são uma ofensa à dignidade profissional dos trabalhadores que aqui estão afetos. Uma cozinha precária, com equipamentos deteriorados que não respondem às necessidades mínimas e exigíveis. Um balneário que, apesar de ter sofrido algumas intervenções positivas, continua sem chuveiros (?!). Estes e outros problemas têm sido sistematicamente referidos nas reuniões com os responsáveis máximos da autarquia e os resultados estão à vista...

Em muitos locais de trabalho mantem-se a ausência de **secadores de roupa**, equipamentos essenciais para quem trabalha na via pública e está constantemente sujeito às alterações climáticas. Se o verão ajuda a minimizar esta situação, não é menos verdade que o inverno não tarda a chegar. Estará a CML à espera que as chuvas regressem em força? Para o STML, este problema deve ser resolvido o quanto antes!

Na limpeza urbana, observa-se a avaria sem reparação em tempo oportuno das **caldeiras**. Esta situação acontece por exemplo no posto do **Largo do Mastro** (entre outros). Para quem trabalha com lixo, a higiene pessoal é um assunto sensível e bastante importante. Para tal, é imprescindível existirem condições dignas que permitam aos trabalhadores tomarem o merecido duche após a realização das suas tarefas. Será que a CML não compreende uma ideia tão básica como esta?

Nos edifícios municipais, repetem-se as anomalias, algumas contra a



própria lei, que continuam a colocar em causa o bem-estar de trabalhadores, mas também de munícipes. Relembramos o caso do **Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano** que, com 8 andares, deve ter permanentemente dois elevadores em funcionamento. Há mais de dois meses que existe apenas um... Por outro lado, sendo este edifício banhado de manhã à noite pelo sol, seria de esperar que todas as salas tivessem ar condicionado. Todavia, o que se verifica é o facto de muitos trabalhadores terem de suportar temperaturas acima dos 40 graus (!!) porque estes equipamentos, ou estão avariados ou simplesmente não existem! Se este problema persistir, só resta um único caminho aos trabalhadores: parar o trabalho em protesto e retomá-lo apenas quando estiverem reunidas as condições mínimas. O STML já solicitou junto da ACT uma visita a este local de trabalho considerando as inúmeras irregularidades que teimam em ser resolvidas por um poder político e hierárquico que pauta a sua ação por uma inércia enervante.

Poderíamos referir, infelizmente, muitos mais exemplos, como o que se observa na Polícia Municipal na Praça de Espanha, nas instalações das oficinas de reparação e manutenção mecânica, na Imprensa Municipal, na Travessa do Forno, no Jardim do Campo Grande onde os trabalhadores estão em contentores há largos anos (?!!), entre muitos outros que por falta de espaço não cabem neste texto que se pretende resumido.

O que podemos concluir com alguma facilidade é uma manifesta ausência de vontade política por parte dos responsáveis municipais (a vários níveis) em resolver os problemas dos seus trabalhadores e dos locais de trabalho onde se encontram. Contudo, esta letargia que já nos começa a parecer deliberada, terá da parte dos trabalhadores e do seu sindicato, uma resposta firme e intransigente: não podem e nós não aceitamos que brinquem com as nossas condições de trabalho e de vida! ■



Relembrar os fundamentos da desconvoção da greve de 10 a 16 de junho na CML

Foi decidido em dois plenários gerais de trabalhadores, realizados no dia 6 de junho, a suspensão dos pré-avisos de greve emitidos por STML e STAL, para a semana de 10 a 16. Os sindicatos entenderam que havia motivos que justificavam a suspensão da luta nesse momento, tendo a consciência de que as razões que levaram à marcação desta semana de luta, estão longe de estarem completamente ultrapassadas e, que mais tarde ou mais cedo, poderemos ter que recorrer a formas de luta com o único propósito de garantir os nossos direitos e defender os nossos postos de trabalho. A luta foi suspensa! Não está contudo, nem nunca estará, fora de questão.

Relembramos os factos dos últimos meses que conduziram a estes acontecimentos.

1. Desde a aprovação na Assembleia da República da lei 56/2012, em novembro, que o STML, demonstrou a sua total oposição à possibilidade contida nesta lei, da transferência de uma série de funções, hoje da competência da CML, para as 24 Juntas de Freguesia.

2. No início de dezembro de 2012, o presidente do município fez uma breve apresentação desta matéria aos sindicatos, (STML, STAL e SINTAP-UGT), ficando o compromisso de no primeiro trimestre do corrente ano, daria conta aos sindicatos de quais as competências e os respetivos meios humanos, que seriam transferidos para as juntas de freguesia.

3. Nos primeiros três meses de 2013, sucederam-se vários pedidos de reunião efetuados pelo sindicato ao presidente da edilidade, sempre remetidos por António Costa para a vereadora Graça Fonseca.

4. Após uma intervenção do sindicato na sessão de câmara, a vereadora comprometeu-se em reunir com a maior brevidade possível. Tal não aconteceu.

5. Foi necessário uma manifestação até ao Largo do Intendente, a 27 de março, em que estiveram presentes mais de 500 trabalhadores, para que o presidente recebesse a direção do sindicato. Nessa reunião, comprometeu-se novamente a vereadora Graça Fonseca em reunir com o sindicato.

6. Sendo o silêncio a única resposta que obtivemos e temendo que a transferência de funções, meios humanos e materiais, estivesse a ser

preparada sem o conhecimento dos trabalhadores, resolveu a Direção do STML propor, nos dois plenários gerais realizados a 8 de maio, um plano de luta que obrigasse o Presidente a aceitar um processo formal de negociação.

7. O plano que foi aceite pela maioria dos trabalhadores presentes nos referidos plenários gerais, passava por uma semana de greve ao trabalho extraordinário, 1 dia de greve para todos os trabalhadores (dia 14) e uma greve rotativa na limpeza urbana.

8. A entrega dos pré-avisos de greve (STML/STAL), teve consequências imediatas, obrigando António Costa a marcar uma reunião com os dois sindicatos, onde finalmente se discutiu o processo de transferência de competências.

9. Na reunião que teve lugar no dia 3 de junho, o presidente da CML assumiu, numa carta endereçada aos sindicatos, uma série de compromissos que consideramos bastante importantes nesta fase, nomeadamente:

- O recuo do executivo na sua postura, assumindo o direito dos sindicatos à negociação de todas as matérias implícitas ao eventual processo de transferências;
- Discussão numa base de negociação, dos critérios e regime de transição de pessoal;
- A garantia que nada será tratado com as juntas de freguesia até outubro e nenhuma competência será transferida antes de Janeiro do próximo ano;
- Enquanto decorrer a negociação com as juntas de freguesia, os sindicatos serão devidamente informados de todos os conteúdos;
- O presidente assumiu ainda, que não utilizará este processo, nem para privatizar serviços, nem para colocar qualquer trabalhador na mobilidade especial.

Perante este significativo recuo do executivo, e não estando nenhuma transferência definida até ao final do ano, resolvemos propor aos trabalhadores a suspensão desta semana de luta. A suspensão da luta neste momento, não significa a hipoteca ou a rejeição da luta. No entanto, compete à Direção do Sindicato não conduzir os trabalha-

dores para becos sem saída, poupando-lhes esforço e acumulando forças para o futuro, tendo a noção de que muito provavelmente, teremos de recorrer à luta em torno deste famigerado processo, sempre que as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores, estiverem em causa.

Confiança e determinação porque a luta continua! ■



Brigada de Calceteiros: um processo de transferência de instalações que desvaloriza claramente os interesses dos trabalhadores!

Graças à intervenção do STML e da luta abnegada dos trabalhadores, foi possível resolver uma situação de risco eminente para a sua segurança que se prolongou por demasiado tempo. A ação enérgica do sindicato junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e do executivo camarário, no sentido da rápida saída desta brigada do depósito que ocupava na Rua do Saco, evitou seguramente uma tragédia. Relembramos que parte do prédio limítrofe às instalações da Brigada de Calceteiros estava em risco eminente de desabar, facto que se confirmou em final de junho, com a ruína de parte desse edifício.

A irresponsabilidade com que a DMPO tem conduzido este processo de transferência, é sintomático da desvalorização sentida por estes trabalhadores.

No momento em que se impôs a saída obrigatória das instalações degradadas, a 1 de março deste ano, para outras mais dignas e seguras, resultado da intervenção da ACT, foram os trabalhadores, e não a autarquia, que arranjam a solução mais célere. A saída tinha carácter de urgência face à possibilidade de desabamento do edifício que estava a paredes-meias com as instalações da Brigada de Calceteiros.

Deste modo, foi ocupado um depósito desativado na Rua Lins do Rego, que não possuía as condições mínimas e ali permaneceram dois meses, até que os serviços adquirissem os contentores que deveriam servir de instalações “provisórias”, no depósito da Travessa da Amorosa.

Apesar das constantes reivindicações por parte dos trabalhadores e do sindicato, aliando as promessas dos responsáveis da respetiva Divisão, continuam a existir uma série de problemas que permanecem por resolver.

Nomeadamente:

1. Não existem telefones nem meios informáticos nas instalações;
2. É evidente a má circulação do ar dentro dos contentores, problema que se resolveria com a instalação de extratores tipo “ventax”;
3. Mantém-se a ausência de iluminação adequada no exterior, assegurada apenas por lâmpadas fluorescentes em torno dos contentores, claramente insuficiente para a realização dos trabalhos de carga e descarga de materiais. Recordamos que esta brigada também funciona no período noturno. Os responsáveis municipais comprometeram-se a instalar holofotes, mas até agora...;
4. Face à exiguidade e precaridade dos referidos ‘contentores’, foi cedido o espaço de um antigo posto da limpeza urbana existente nas proximidades. O objetivo é guardar as ferramentas e os materiais necessários ao trabalho da Brigada de Calceteiros. Todavia, o espaço cedido, mais uma ideia de carácter provisório que promete eternizar-se, apenas possui uma porta/saída para a rua. Estas instalações estão numa zona problemática da cidade e a probabilidade de assalto é grande e real. A solução proposta e exequível, é a abertura de uma porta para o interior, que tarda contudo, em ser construída;



5. À falta de iluminação e às acessibilidades deficientes, soma-se a falta de vigilância. Neste momento, é garantida por um trabalhador apenas, não podendo este, naturalmente, estar de vigilância 24 sobre 24 horas, todos os dias;

6. Por último, observa-se a carência de um forno elétrico e de loiça adequada (que estão prometidos) para utilizar nas placas de vidro-cerâmicas que equipam a cozinha. Este atraso no fornecimento dos equipamentos necessários e adequados, tem obrigado à utilização de um velho fogão a gás cujo combustível tem sido adquirido pelos trabalhadores...;

7. Denunciamos ainda, o facto de estes trabalhadores não receberem fardamentos há cinco anos (!?).

Não fosse a abnegação e a responsabilidade dos profissionais que compõem a Brigada de Calceteiros, este serviço já tinha paralisado há muito. Questionamo-nos se será essa a intenção dos responsáveis políticos da CML?

Esta Brigada conta atualmente com 17 elementos, distribuídos por dois turnos e tendo à sua responsabilidade toda a cidade de Lisboa. Apesar das constantes chamadas de atenção por parte do STML, face à situação de rutura que estamos prestes a assistir neste serviço municipal, a CML mantém-se em silêncio, materializando uma inércia e uma passividade que é de todo inaceitável.

Sendo a calçada portuguesa invocada em festividades e preenchendo páginas de publicações municipais, resta-nos questionar se, com tantos problemas por resolver, a Brigada de Calceteiros é para manter ou para extinguir? ■



“A casa dos animais”

Muda-se o nome mas os problemas dos trabalhadores persistem!

A CML deliberou a alteração da nomenclatura do serviço municipal do Canil-Gatil para “a casa dos animais”. Decidiu também, transferir a gestão deste serviço para a Divisão de Sensibilização e Ambiente (DSA) e resolveu, ainda, criar um grupo de trabalho que terá por missão apresentar propostas com vista a melhoria do funcionamento deste serviço, nomeadamente ao nível das instalações e da formação dos trabalhadores.

Relembramos que estas instalações, desde a sua inauguração, tinham um projecto de ampliação resultado do primeiro ano do orçamento participativo (2010).

A figura do Orçamento Participativo, lançada pelo executivo liderado por António Costa, teve como projeto ganhador, em função da votação dos munícipes, as obras nas instalações do canil-Gatil. Contudo, passados 3 anos, ainda não se vislumbra a sua conclusão, perpetuando-se deste modo as más condições de acolhimento dos animais e as precárias condições de trabalho dos respetivos trabalhadores.

Não deixando de respeitar as intenções da CML de por esta via procurar melhorar as

condições dos animais ali acolhidos, preocupamo-nos que as condições oferecidas a quem destes cuida não sejam alvo da mesma atenção.

De há algum tempo a esta parte o STML tem-se batido pela resolução de vários problemas sentidos por estes trabalhadores, entre eles:

- A falta de trabalhadores, que neste momento tem apenas 6/7 tratadores/apanhadores de animais para assegurar o funcionamento deste serviço de 24 sobre 24 horas, durante os 7 dias da semana;
- A falta de equipamentos de proteção individual [EPI] adequados para os trabalhadores, no exemplo concreto de fatos de proteção para lidar com cães perigosos, entre outros assuntos;
- A falta de condições dignas na cozinha onde os trabalhadores têm as suas refeições. A sua localização, próxima do espaço de acolhimento de animais, é propícia a cheiros nauseabundos, além de se observar uma quantidade intolerável de insetos. Verifica-se ainda, a necessidade de substituição ou reparação de equipamentos deteriorados, como por

exemplo os armários onde os trabalhadores guardam loiças e alimentos;

- A localização dos balneários necessita de ser repensada, considerando que está a paredes-meias com o canil principal. Este facto proporciona a acumulação de cheiros desagradáveis, além de aumentar a probabilidade de contágio pela presença habitual de vários parasitas.

Todas estas reivindicações dos trabalhadores devem ser prontamente atendidas porque atentam a saúde, condições de higiene e segurança de todos os que trabalham na “casa dos animais”.

Outro perigo que os trabalhadores apontam como sendo da maior urgência a autarquia resolver, é o que diz respeito às viaturas que são utilizadas na execução do serviço externo. Viaturas com mais de 15 anos, com mais de 600 mil quilómetros e que avariam recorrentemente, representando potenciais e acrescidos riscos para os trabalhadores, animais e, inclusive, para os munícipes que circulam na via pública. Torna-se assim um assunto de capital importância, a renovação destas carrinhas. ■

As trabalhadoras cozinheiras deixadas ao abandono pela CML...

Ao longo dos últimos anos, o STML tem exigido sistematicamente junto dos responsáveis políticos do município o reforço no número de cozinheiras. A carência que hoje se verifica nos refeitórios municipais, coloca em risco, não só a integridade física e psíquica das atuais trabalhadoras, sujeitas a cargas de trabalho cada vez mais elevadas, como põe em risco a sustentabilidade futura dos refeitórios.

A falta de trabalhadores em inúmeros serviços e sectores profissionais da Câmara Municipal é uma evidência de há muitos anos a esta parte. Contudo, da parte do executivo camarário, as respostas que se esperariam, isto é, o reforço de pessoal onde tal se verifica como indispensável, tardam em chegar.

No universo das cozinheiras, o problema de falta de pessoal ganha contornos mais sérios quando observamos uma média etária elevada, o que dificulta, a cada dia que passa, os trabalhos diários efetuados por estas trabalhadoras.

A CML tem, em teoria, partilhado esta preocupação com o STML, todavia, as soluções

encontradas não respondem minimamente aos problemas sentidos. A última solução, ainda por concretizar, poderá passar eventualmente pela integração de trabalhadores do fundo do desemprego, prática que a autarquia tem usado e abusado, sem contudo ter em conta os interesses a médio / longo prazo dos serviços, garantindo por exemplo a continuidade definitiva desses trabalhadores, através da sua integração nos mapas de pessoal da Câmara Municipal.

Claro está, que o preenchimento das vagas disponíveis nos mapas de pessoal, implica aumentar os custos com pessoal, algo que o executivo de António Costa se recusa a fazer liminarmente. Supostamente, as opções políticas assumidas, seguem em sentido oposto aos dos interesses dos serviços municipais e dos trabalhadores que ainda os compõem.

Nesta altura do ano, em que muitos trabalhadores entram de férias, o problema da falta de pessoal sente-se com maior intensidade. É bom recordar o que aconteceu em anos anteriores, em que se verificou o encerramento de alguns refeitórios municipais

porque não existiam cozinheiras suficientes para os manter em funcionamento. Voltaremos, este ano, a ser confrontados com uma situação idêntica? ■



Nas oficinas do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica os problemas persistem sem fim à vista

Conforme sucede em diversos sectores profissionais da CML, tornou-se recorrente a falta de meios humanos, de condições de saúde e segurança, de ferramentas e peças, além da prática inaceitável na entrega de tarefas ao exterior, materializando uma política que privilegia o esvaziamento de funções e o desinvestimento nos serviços municipais. No Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM), estas práticas são do conhecimento de todos!

Estamos perante um conjunto de adversidades que grassam no município, deixando muitas dúvidas quanto ao futuro e viabilidade deste importante sector profissional, nevrálgico para o bom funcionamento da autarquia e da qualidade, eficiência e eficácia dos vários serviços públicos municipais que se prestam à cidade e à população de Lisboa.

Neste serviço, nomeadamente na área operacional, da Divisão de Manutenção Mecânica assiste-se a uma progressiva erosão da mão-de-obra especializada. Além das razões já apontadas, acresce o motivo da aposentação de um número elevado de trabalhadores, sem se verificar a imprescindível renovação com a entrada de novos elementos.

A ausência de renovação e rejuvenescimento é o resultado de uma política de recursos humanos errada e deliberada que começa a ganhar contornos preocupantes por todo o município. Com esta estratégia, o executivo, não só põe em causa o funcionamento atual do sector ligado às oficinas do DRMM, como hipoteca a sua sustentabilidade futura, uma vez que desperdiça, irresponsavelmente, o saber acumulado dos profissionais especializados que agora se aposentam.

A opção do atual executivo da Câmara Mu-

nicipal, a não se verificar uma alteração profunda, terá como desfecho inevitável, o fim das oficinas de manutenção mecânica do DRMM.

Para disfarçar uma realidade que é por demais evidente, a CML tem recorrido à utilização de trabalhadores desempregados oriundos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo de um protocolo denominado, cinicamente, de 'inserção'. Trata-se de uma falsidade, considerando que estes trabalhadores são obrigados a aceitar estas tarefas, caso contrário, perdem o fundo de desemprego.

Durante o tempo estipulado do subsídio de desemprego, estes trabalhadores auferem apenas uma percentagem do mesmo, não havendo qualquer hipótese de integrarem os mapas de pessoal do município. Quando uns terminam, vêm outros! É uma atitude indigna e oportunista por parte da CML, face à realidade do país. Deste modo, a CML obtém trabalhadores a baixo custo, muitos deles com capacidades e formação profissional acima da média e descarta-os quando bem entende. Os protocolos assinados enquadram legalmente este cinismo.

Em relação às precárias condições de saúde e segurança nas oficinas do DRMM, há vários casos amplamente denunciados. São exemplo, o atraso no início das obras no balneário que serve todo o Complexo dos Olivais, ou a ausência de uma instalação elétrica específica para a reparação de viaturas movidas a gás, entre outros problemas.

Os trabalhadores e este sindicato, estão cansados de promessas que se repetem ano após ano, sem nunca se ver a resolução de qualquer problema. As justificações ignóbeis

de orçamentos aprovados que depois são desorçamentados, deixaram de ter qualquer legitimidade para quem há anos luta pela melhoria das suas condições de trabalho.

Que leitura deverá ser feita, do **não investimento** nas instalações?

Apesar de continuamente desmentido pelos responsáveis do DRMM, a entrega de veículos para reparação a entidades externas continua a ser uma evidência, maior ainda, quando falamos de pequenas e injustificadas intervenções que podem e devem ser realizadas nas oficinas da Câmara Municipal pelos respetivos trabalhadores.

A deficiente gestão do stock de peças, parece estar na origem desta saída constante de viaturas a reparar no exterior. A falta crónica de material, com a conseqüente externalização de serviços, conduz inevitavelmente, ao esvaziamento progressivo das oficinas de manutenção mecânica do DRMM.

Estas situações têm sido sistematicamente denunciadas pelos trabalhadores e pelo seu sindicato, à respetiva Direção Municipal, mas também em intervenções nas sessões públicas de câmara e da Assembleia Municipal.

Na Assembleia Municipal, foi inclusive votada por unanimidade, uma recomendação apresentada pelo Partido Comunista Português, em que apontava para a necessidade urgente de investimento neste sector profissional, reconhecendo a sua importância para a CML.

Ao executivo camarário avisamos, mais uma vez, que os trabalhadores do DRMM e o STML, não permitirão a extinção deste importante pilar do serviço público municipal, bem como nunca abdicaremos da luta pela defesa dos postos de trabalho. ■



Trabalhadores da EPUL: que futuro?

Muitas são as dúvidas que se levantam acerca do destino dos trabalhadores da EPUL. Após a extinção desta empresa municipal ter sido aprovada na Câmara Municipal de Lisboa e na Assembleia Municipal, a incerteza dos trabalhadores da EPUL quanto ao seu futuro ganha contornos mais sérios.

A decisão assumida em extinguir esta empresa municipal pelos órgãos municipais supramencionados, tem levantado sérias dúvidas sobre a sua legitimidade e mesmo legalidade.

Neste sentido se enquadra a aceitação pelos tribunais da providência cautelar interposta por alguns dos trabalhadores, assente no argumento de que a empresa criada por decreto da Assembleia da República não pode ser extinta por qualquer outro órgão. Terá que ser portanto, uma matéria da competência da Assembleia da República.

No âmbito deste processo, o STML desde o seu início colocou sérias preocupações junto dos responsáveis da autarquia sobre a manutenção do posto e do vínculo de trabalho, dos direitos e das remunerações a salvaguardar dos respetivos trabalhadores.

Preocupações estas que ganham um crescente fundamento, quando:

1. O Conselho de Administração contrata uma empresa externa para definir soluções de 'futuro' [mais de saída] do capital humano da EPUL;
2. A referida entidade externa, enumera caminhos vários para estes trabalhadores, alguns deles sem garantir a manutenção do posto de trabalho;
3. Apresenta diversas fórmulas de abdicação do posto de trabalho, nomeadamente através da pré-reforma, de indemnização, criação do próprio emprego, etc.;
4. Propõem ainda, sem qualquer garantia da manutenção dos direitos adquiridos e das suas remunerações, a integração noutras empresas municipais (caso existam vagas para o efeito);



5. Apresentam por último, para a saída da EPUL, a integração na CML, primeiro via ACIP, que nalguns casos foi apresentado a trabalhadores com reduções salariais de quase 50%, e, num segundo momento, através do ingresso por via concursal, limitado à remuneração possível, face aos constrangimentos no plano salarial implícitos à legislação vigente.

Facilmente se percebe que, qualquer destes cenários não garante os interesses e as aspirações dos trabalhadores em causa. Até ao desfecho final deste complicado processo político e legal, os trabalhadores continuarão na incerteza do que lhes estará reservado para o seu futuro.

O STML não deixará de acompanhar estes trabalhadores e o seu processo reivindicativo. Acompanhá-los-á em todos os processos de luta que sejam necessários desenvolver, até que esteja assegurada a melhor solução para cada um deles, tendo como cenário de fundo, a manutenção dos seus postos de trabalho e os seus direitos adquiridos. ■

Os trabalhadores não devem de ter de pagar para trabalhar! Correto?

De algum tempo a esta parte, o STML tem vindo a reivindicar junto da CML que seja instituído o pagamento aos trabalhadores da quotização obrigatória pela inscrição nas ordens ou associações profissionais no âmbito da habilitação legalmente exigida no desempenho das suas funções.

Ainda que o município garanta como tomador o **seguro obrigatório de responsabilidade profissional** que alguns trabalhadores, segundo a legislação em vigor, terão de deter para a execução de projeto, direção e fiscalização de obras nas áreas sujeitas a tal obri-

gatoriedade, esta reivindicação ganha ainda mais sentido de justice, quando existem situações em que a CML recusa os pedidos da maior parte destes trabalhadores para poderem ter uma segunda atividade. Os trabalhadores ficam assim, num regime de exclusividade de trabalho para com a autarquia, tendo de pagar do seu próprio bolso, os requisitos necessários à prossecução das suas funções.

É da mais elementar justiça que a CML reconheça e corrija rapidamente esta situação, pois grande parte destes trabalhadores têm vindo a ver diminuído o seu salário, quer por via dos cor-

tes salariais, quer pelo aumento dos impostos (IRS), podendo assim, deixar de ter condições financeiras para fazer face a mais esta despesa.

O STML continuará a exigir dos responsáveis pela autarquia, a satisfação condigna deste e de outros problemas que envolvem os nossos engenheiros, arquitetos, médicos, médicos-veterinários, entre muitos outros trabalhadores que têm obrigações decorrentes das respetivas ordens profissionais e que reivindicam legitimamente um Direito consagrado na Constituição da República Portuguesa: o Direito à justiça! ■

MUSEU DO RSB... DA REALIDADE À FICÇÃO!



Depois de muitas tentativas, ao longo de décadas, para que fosse criado um museu do RSB, foi com grande orgulho por parte de todos os bombeiros e dos restantes profissionais que trabalham no Regimento que, no ano de 2004, foi inaugurado o atual Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Situado numa zona nobre da cidade, em Carnide, junto ao centro comercial Colombo, anexado ao quartel da estação da 3ª companhia, este moderno edifício veio colmatar uma lacuna que impedia que o valiosíssimo acervo museológico fosse visitado e apreciado por todos aqueles que gostam de admirar verdadeiras obras de arte.

O edifício é de construção e arquitetura contemporânea, divide-se por vários pisos onde poderemos encontrar desde a sala principal de exposições, auditório e um espaço para exposições temporárias. Aqui poder-se-á desfrutar de uma valiosíssima coleção de viaturas de combate a incêndios, desde o século XVIII ao XX, maquetas, miniaturas, fardamentos e toda uma panóplia de equipamentos que fizeram parte do dia-a-dia dos bombeiros. É pois um local de conhecimento, de entretenimento e de aprendizagem, onde todos desde os mais jovens aos mais idosos poderão enriquecer um pouco mais a sua cultura.

Este sindicato, porém, teve conhecimento de algumas situações que podem vir a ensombrar esta realidade. Sabemos que existem questões de ordem técnica, que teimam em não serem resolvidas pelo poder político, e que põem em causa o bom funcionamento desta instituição.

Para além das questões de ordem técnica, o Departamento de Bombeiros do STML foi informado, em reunião tida com o

Sr. vereador Manuel Brito, de um projeto de construção que visa requalificar o quartel da CIE (Chelas), assim como de toda a sua área envolvente. Nesse projeto está previsto o desmantelamento de um local que contém todo o acervo museológico do RSB, para que seja alvo de reparação e restauro, para posterior exibição no museu. Impõe-se perguntar qual será o destino de todos estes valiosíssimos equipamentos, que tardam em serem reparados e restaurados, porque o Sr. comandante teima em não colocar ninguém naquele local para desempenhar essa importante e nobre tarefa. Mas será apenas teimosia, ou haverá uma intenção deliberada? Será este o princípio do fim do museu?

Tão ou mais preocupado ficou este sindicato com a informação de uma eventual venda do quartel estação da 3ª companhia, Carnide. A ser verdade e a concretizar-se a venda, seria o fim de um sonho, o Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros morreria ainda criança com apenas uma dezena de anos. Esperar-se-ia, à imagem da instituição RSB, após tantos esforços de tantas pessoas, durante tantos anos, que tivesse pelo menos outros seis séculos de vida. Mas parece que outros valores se levantam, infelizmente não são valores culturais, mas sim de ordem económico-financeira.

O atual executivo camarário, na pessoa do Sr. vereador com a área da proteção civil, já foi informado, através de ofício, por este sindicato, destas preocupações. Os responsáveis políticos não podem continuar a utilizar as pessoas e as instituições, como trunfos, aquando das campanhas eleitorais, e depois descartarem-se delas quando surgem oportunidades de negócios, dos quais só alguns, poucos, lucram. ■

Ataque ignóbil do governo da administração – o anteprojeto da Lei Geral do

Um governo moribundo aprofunda o ataque aos trabalhadores da administração pública com a apresentação aos sindicatos do anteprojeto da **Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas**. Afirmam querer adotar esta lei a partir de 1 de janeiro de 2014. Um projeto que consubstancia mais uma famigerada *reforma da administração pública* com graves prejuízos para os respetivos trabalhadores.

É pertinente lembrar que, na anterior legislatura de José Sócrates, argumentos semelhantes aos que se apresentam hoje pela mão do governo PSD/CDS-PP, estiveram na origem de uma idêntica *reforma*. Terminologia como a “simplificação”, “modernização administrativa”, “reforço da transparência” ou o “aumento da produtividade”, encontram-se, quer no discurso do anterior governo, de Sócrates, quer no discurso do atual governo de Passos Coelho.

De facto, bem podemos dar razão ao secretário de Estado da Administração Pública – Hélder Rosalino - quando afirmou que a atual reforma seria impossível de concretizar sem a reforma precedente da autoria do governo PS. No essencial, mais uma vez se comprova que PS e PSD, com ou sem o CDS-PP, em nada se distinguem no que diz respeito às suas visões e projetos para os serviços públicos e os trabalhadores da administração pública.

O anteprojeto do governo que agora se pretende discutir com os sindicatos, ou seja, o anteprojeto que se pretende impor através de uma farsa de negociação, pretende, segundo os seus subscritores, nivelar e uniformizar a legislação do sector público com a do sector privado. Claro está, que o referido nivelamento será sempre por baixo...

A ideia apresentada pelo Governo deseja sistematizar cerca de 1200 artigos, transformando a legislação dispersa no universo do sector público, num simples diploma - a **Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas** – contendo apenas 400 artigos. A ideia, em teoria, pode parecer positiva, contudo, conhecendo a motivação e a obsessão deste governo em regredir as condições de vida e de trabalho da imensa maioria dos trabalhadores portugueses, com especial destaque para os trabalhadores da administração pública, facilmente desconstuímos as teses falaciosas da eficácia, eficiência e economia que sustentam, mais uma vez, esta reforma.

Neste sentido, pretendem remeter para o Código do Trabalho [sector privado], entre outros assuntos, matérias envolvendo a **parentalidade**; matérias sobre os **trabalhadores**

com capacidade reduzida e trabalhadores com deficiência ou doença crónica; matérias sobre o **estatuto de trabalhador estudante**; matérias sobre **os tempos de trabalho** [8 horas/dia, 40 horas/semana] e sobre os **tempos de não trabalho** ou matérias sobre **as comissões de trabalhadores, associações sindicais e representantes dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde**.



Pretendem ainda consolidar a figura dos **mapas de pessoal**, como um instrumento que precariza as relações de trabalho na administração pública e cuja alteração está diretamente ligada à redução de postos de trabalho, na base de uma fundamentação que pode passar por uma eventual reorganização dos órgãos ou serviços. Neste contexto, afirmam que «*devem cessar, em primeiro lugar, os vínculos de emprego público a termo*».

Pretendem impor o **período anual de férias** com a duração de 22 dias úteis, roubando 3 dias de férias aos trabalhadores. Um roubo que ganha uma dimensão maior, se associarmos os feriados eliminados. Mais dias de trabalho, menos férias e menos remuneração, tudo numa lógica de crescente empobrecimento.

Com o objetivo de reduzir em 10% a despesa com remunerações na administração pública, procuram impor a **Tabela remuneratória única**. Os resultados parecem-nos evidentes, será mais uma redução salarial [mais um roubo!] encoberta pela tese demagógica e falsa da já referida uniformização.

Um outro assunto que nos merece algum destaque, pelo seu significado bafiento de um passado que há muito foi derrotado mas que teima em ressurgir pela mão dos pseudo defensores da democracia e da liberdade, como recorrentemente fazem os dirigentes dos partidos que sustentam este infeliz governo, é a proposta que afirma: «*Todos os que tenham conhecimento de que um trabalhador praticou infração disciplinar podem participá-la a qualquer superior hierárquico daquele*».

A delação, a desconfiança ou a valorização do ‘denunciante’, figura institucionalizada no tempo da PIDE e da ditadura de Salazar, identificando os indivíduos cuja função era delatar os seus colegas de trabalho, regressa agora sub-repticiamente nesta proposta de anteprojeto. Torna-se ainda mais evidente o retrocesso social e civilizacional como característica intrínseca da política da maioria de direita [PSD/CDS-PP] que hoje impera na Assembleia da República.

Entre muitos outros perniciosos artigos que constam neste

ernio aos trabalhadores requalificação pública o Trabalho em Funções Públicas!

anteprojeto que poderiam ser aqui referidos, relevamos as matérias envolvendo a **requalificação**, terminologia que mais não significa do que despedimento em massa, mascarando o que antes se denominava de mobilidade especial.

Segundo a proposta do governo, a situação de requalificação decorre durante o prazo de 12 meses, seguidos ou interpolados, após a colocação do trabalhador nessa situação. Findo o prazo estabelecido, i.e., os 12 meses, sem que haja reinício de funções, é praticado o ato de cessação do contrato de trabalho em funções públicas. Durante a requalificação, propõem que o trabalhador

aufira a remuneração equivalente a 66,7%, nos primeiros seis meses, e 50%, enquanto permanecer nessa situação.

Ao longo desse período, o trabalhador é tratado como um excesso ou uma das referidas gorduras do Estado que é necessário eliminar. É obrigado a um controlo apertado, sujeito a formação profissional dúbia, tal e qual muitos desempregados neste país que, após o término da dita formação, caem novamente nas malhas do desemprego. Servirão apenas como dados estatísticos não contando para as listas do INE, porque estão em formação (!) e, em alguma medida, favorecendo a política deste governo que no fim deste ano e desde que tomou posse, terá destruído cerca 463 mil empregos!

Para embelezar este instrumento, o da requalificação, o governo assume que é «*causa específica de cessação do contrato de trabalho em funções públicas a extinção do vínculo na sequência de processo de requalificação de trabalhadores em caso de reorganização de serviços ou racionalização de efetivos na Administração Pública*». Mais claros não podiam ser, além do caminho mais do que expectável do desemprego, o alvo é também apontado aos próprios serviços públicos. Sem trabalhadores, não há prestação de serviço público!

Valoriza-se assim e implicitamente, a ótica da exploração de

áreas de interesse público pelo setor privado, ou não fossem consideradas potenciadoras de exorbitantes lucros a recolha dos resíduos, o saneamento, a exploração do espaço público, a manutenção de equipamentos culturais e desportivos, a ma-

nutenção de jardins, a gestão de escolas, a reparação de viaturas, etc., etc... Bem podemos acrescentar as áreas cuja intervenção dizem respeito às funções sociais do Estado, como a saúde, a educação ou a segurança social. O público é para destruir, o privado é para favorecer.

Estamos, de facto, perante um anteprojeto do Governo – a **Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas** – que não se limita a ofender em grande medida os direitos e os interesses dos trabalhadores da administração pública [central, local e regional], mas também as populações no seu direito a serviços públicos de qualidade e acessíveis, só possível de alcançar com respeito pela dignidade dos homens e mulheres que hoje trabalham no setor público.

A derrota desta política e deste governo torna-se assim uma necessidade premente e inadiável. A Greve Geral do passado dia 27 de junho foi um passo determinante nesse sentido e cujas consequências resultaram no plano imediato, na saída de vários ministros, neste caso, do emblemático e mal-amado ministro das Finanças, Vítor Gaspar, ou das contradições e incongruências do demagógico Paulo Portas em torno da sua demissão 'irrevogável' e posterior regresso como vice-primeiro ministro. Mas a saída de alguns ministros não resolve as questões de fundo, nomeadamente, a essência da política que teimam em querer defender e prosseguir.

Continuar a exigir a demissão deste governo é a prioridade que se impõe se queremos de facto defender os nossos direitos e as nossas aspirações e garantir, simultaneamente, a defesa do nosso país e dos verdadeiros interesses nacionais. ■



Milhares concentraram-se em Belém e exigiram a demissão do Governo!

Foi com um rotundo **BASTA!** que milhares de trabalhadores responderam ao apelo da CGTP-IN, deslocando-se até Belém, em 25 de maio, onde exigiram ao Presidente da República, a demissão do Governo!

Portugal não aguenta mais esta política de austeridade que causa miséria aos trabalhadores e ao povo e é um garrote para a economia nacional. O país aproxima-se perigosamente da bancarrota, pelo que é imperioso parar a espiral recessiva e evitar o colapso social. É preciso travar a exploração dos trabalhadores, exigir que seja respeitado o direito de contratação e negociação coletiva, defender os direitos contratuais e melhorar as condições de trabalho, através do aumento dos salários e da redução fiscal (IRS e IVA). É necessário continuar a luta pela exigência do cumprimento do acordo sobre o salário mínimo nacional para 515 €; pela revogação da resolução do Governo que congela as portarias de extensão, bem como a revogação das normas gravosas do código do trabalho; pôr termo à destruição de postos de trabalho e combater a precariedade dos vínculos laborais.

Este Governo está profundamente desgastado, ruído de múltiplas contradições internas, sem base social de apoio. É um Governo moribundo que a cada dia que passa só faz mal ao país e ao povo. Por isso, tem de ser rapidamente demitido. É um governo que está a mais no Portugal democrático, no país de Abril.

Há soluções para o país: renegociar a dívida pública, nos seus juros, prazos e montantes; aumentar a produção nacional para criar emprego e diminuir as importações; melhorar os salários e as reformas para aumentar o consumo e por a crescer o mercado interno; libertar Portugal da ingerência



estrangeira que condena o povo ao atraso e à miséria; investir na industrialização para criar riqueza; por fim às privatizações de empresas e sectores estratégicos.

Os participantes nesta grandiosa Concentração em Belém, exigiram que o Presidente da República assumia, no quadro das suas competências e em conformidade com o juramento que fez de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, o dever moral e político de demitir este Governo e convocar eleições antecipadas para dar a voz ao povo. Esta é uma exigência que o Presidente da República deve satisfazer de imediato, para bem dos portugueses e de Portugal. ■

Plenário da Frente Comum contesta as medidas avançadas para a Administração Pública

No dia 4 de junho repetiu-se no Ministério das Finanças a farsa das negociações que o Governo, por intermédio do secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, tem levado a cabo com os sindicatos e mais concretamente com a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), organismo que o STML integra.

Numa reunião onde foram apresentadas as medidas que visam o aumento do horário de trabalho para 40 semanais no mínimo, a aplicação da requalificação como instrumento que perspetiva o despedimento em massa nos organismos do setor público, o aumento das contribuições para a ADSE ou a apresentação do que poderá vir a ser chamado de Tabela Salarial Única, entre outras malfetorias, a FCSAP recusou-se a negociar com o governo, entregando para o efeito uma **declaração** onde assume inequivocamente estar contrária às intenções do Governo em despedir, empobrecer e desvalorizar os trabalhadores da administração pública central, local e regional.

À saída desta farsa de negociação, a Coordenadora da Frente Comum, Ana



Avoila, informou as centenas de dirigentes e delegados sindicais, legítimos representantes dos trabalhadores, que em frente ao Ministério protestavam contra esta política e as suas nefastas consequências. A assertividade nas palavras apontaram o caminho da luta contra este governo terrorista, ilegal e ilegítimo, destacando a Greve Geral de 27 de junho como um passo fundamental para a sua derrota.

O espaço público – Estação Fluvial sul/sueste do Terreiro do Paço -, foi ocupado até à entrada do Ministério das Finanças pelos ativistas sindicais que, só não entraram nas instalações do ministério porque a PSP barrou essa possibilidade. O Governo sabe que o descontentamento é grande e a sua única solução é escudar-se nas forças de segurança que continuam a ser manipuladas em função dos interesses que há muito deixaram de ser os da imensa maioria do povo português.

Na reunião que se realizou no dia 17 de junho o secretário de Estado da Administração Pública alterou a sua estratégia e não chegou a apresentar qualquer documento aos sindicatos com a justificação de que não interessava [ao Governo] ‘lançar mais achas para a fogueira’ considerando que estávamos à porta de uma Greve Geral. Algumas das intenções foram conhecidas nos dias seguintes, destacando-se a ideia em reduzir o número de dias de férias.

Sabemos que o governo tentará, ao longo de julho e agosto, avançar e concretizar todas as medidas que possam reduzir a despesa do Estado, obviamente, falamos de medidas que degradam inexoravelmente as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da administração pública. Contudo, onde poderiam e deviam reduzir, como nas rendas dos grandes grupos económicos ligados ao setor da energia e das telecomunicações, ou na renegociação séria e consequente das parcerias público-privadas, só para referir alguns exemplos, já não estão interessados!

Será a luta organizada dos trabalhadores que derrotará inevitavelmente esta política de *dois pesos e duas medidas* e este governo fora-da-lei! A sua demissão é um imperativo nacional! ■

A 27 de junho de 2013 materializou-se uma extraordinária Greve Geral!



A greve geral convocada pela CGTP-IN foi uma resposta inequívoca dos trabalhadores portugueses a um governo isolado e sem margem para qualquer tipo de veiledade. Sabemos contudo, que o governo de Passos/Portas/Gaspar e afins despreza, desde que tomou posse, a vontade dos portugueses, os mesmos que lhe concederam a legitimidade para governar o país.

O Presidente da República, o mesmo que jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, lei máxima que enquadra o nosso regime democrático, há muito que partilha a mesma postura do governo. Interessa assim, fazer crescer a contestação e com a força da luta de quem trabalha, criar as condições políticas para a convocação de eleições antecipadas. A vontade em mudar de política e de governo, elegendo novos representantes do povo, foram as principais conclusões que se podem retirar do passado dia 27 de junho. A esmagadora maioria dos trabalhadores, quer do sector público quer do sector privado deram uma resposta que não pode nem deve ser ignorada.

Sabendo à partida que o governo tentará implementar novas e graves medidas contra os interesses dos trabalhadores durante os meses tradicionalmente de férias, mascarando e avançando com novos planos de austeridade, reveladora da sua natureza vil e covarde, não podemos permitir que nos adormeçam a consciência, a nossa ação e postura reivindicativa. Unidos e organizados saberemos dar a melhor resposta a quem não olha a meios no ataque à nossa dignidade e às nossas vidas.

Foi esta resposta que se observou no município de Lisboa, com níveis de adesão que ultrapassaram, em muito, as expectativas iniciais. No período noturno, de 26 para 27 de junho, quer no período diurno, já no dia 27, entre 80 a 100% dos trabalhadores da Limpeza Urbana, das oficinas de Reparação e Manutenção Mecânica e do Regimento dos Sapadores Bombeiros aderiram à greve. Nos edifícios municipais, destacando o Edifício Municipal do Campo Grande, não ignorando a dificuldade do sindicato em obter dados concretos sobre a adesão dos respetivos trabalhadores, a afluência a estes locais de trabalho no dia 27 foi fraca e o ambiente foi muito

'tranquilo' comparando com a que é habitual nos restantes dias do ano.

Se conjugarmos a vontade expressa por muitos trabalhadores durante os plenários realizados de esclarecimento e mobilização para a Greve Geral, não temos dúvidas em afirmar que na Cultura, nas Museus [em que muitos simplesmente encerraram], no GEO, nos Arquivos Municipais, nos Jardins, na Habitação, no Desporto, no Canil-Gatil, nas Unidades Territoriais, nos Cemitérios Municipais [apesar dos serviços mínimos], na Brigada de Coletores e na Brigada de Calceteiros, entre muitos outros serviços, a adesão de muitos milhares de trabalhadores à Greve Geral foi por demais evidente!

Um sinal bastante convincente para o atual executivo chefiado por António Costa e ao executivo municipal que sairá das eleições do próximo dia 29 de setembro. Independentemente da cor política que sairá vencedora das eleições autárquicas, na Câmara Municipal de Lisboa, o próximo presidente terá inevitavelmente que ter em conta as opiniões e contributos dos trabalhadores, em todos os processos que os envolva diretamente, assim como o envolvimento desta estrutura sindical, a mais representativa do município de Lisboa.

Nos equipamentos culturais, sob a gestão da EGECAC, é importante valorizar o encerramento do Museu da Marioneta, do Museu do Fado, do Castelo de São Jorge ou do Padrão dos Descobrimentos. Cancelaram-se ainda, os espetáculos previstos para o dia 27 de junho no Teatro Maria Matos e no Teatro São Luiz. A Greve Geral de 27 de junho, a primeira realizada num mês de verão na história democrática do nosso país, foi uma poderosa resposta dos trabalhadores portugueses à política de direita deste governo. A exigência da sua demissão ouviu-se de norte a sul do país! Continuar a luta até à mudança que todos ambicionamos continuará a ser o nosso objetivo prioritário! ■



6 de julho - a luta em defesa do regime democrático encheu Belém!



Em torno do lema, «EVITAR O COLAPSO POLÍTICO E SOCIAL DO PAÍS, DEMISSÃO DO GOVERNO, ELEIÇÕES ANTECIPADAS JÁ!», a CGTP-IN realizou uma grande concentração em Belém em que participaram milhares de trabalhadores de norte a sul do país.

Após o abalo sofrido pelo governo após a realização da Greve Geral de 27 de junho, o único caminho possível para a restauração da normalidade democrática e institucional do país, seria a demissão do governo de Passos e Portas e a convocação de eleições antecipadas. Foi com esta convicção que a CGTP-IN, no espaço de 3 dias, convocou, mobilizou e concretizou uma poderosa ação de protesto e luta.

No atual contexto, afirmou-se que o Governo não tem legitimidade nem credibilidade política para avançar com medidas legislativas em curso que agravam as condições de vida e de trabalho, nem com novos pacotes de austeridade que visam atacar os direitos dos trabalhadores da Administração Pública, do sector empresarial do Estado e do setor privado, mais uma vez com o objetivo central de desequilibrar as relações de trabalho a favor do patronato: com a redução dos salários, das pensões e dos subsídios; mais despedimentos e menos indemnizações; aumento do horário de trabalho; mais cortes na Educação, Saúde e Segurança Social; com a denominada “Reforma do Estado”; com o agravamento da carga fiscal e do custo de vida para os trabalhadores, os reformados e pensionistas e as famílias em geral, tornando impossível a concretização de uma vida digna para a generalidade dos que vivem e trabalham em Portugal.

Na resolução aprovada por unanimidade e aclamação, podia-se ler que a «atual situação de desastre económico e social do

país não se ultrapassa com a alteração de ministros nem com operações de sobrevivência desesperada, mas sim com uma mudança efetiva de política, que apenas se poderá concretizar com a demissão deste Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas. É preciso que o Presidente da República ponha fim ao pesadelo que o Governo PSD\CDS-PP constitui para os portugueses e convoque eleições imediatamente para devolver ao povo o poder soberano de decidir sobre o seu futuro.»

Com a certeza de que só com a luta e a unidade da imensa maioria dos portugueses, de entre trabalhadores, aposentados e reformados, jovens e desempregados, se poderá travar um governo ilegal e ilegítimo. Por isso afirmámos: **pela queda do governo, a luta continua!** ■



Limpeza Urbana da Cidade de Lisboa!

Um serviço estruturante sem margem para qualquer dúvida!

Nos últimos anos, temos observado um ataque sem precedentes aos trabalhadores da limpeza urbana da cidade de Lisboa e, por implicação direta, ao serviço público municipal que corporizam. É pertinente relembrar que desde que o PS/António Costa chegou à liderança da maior autarquia do país, o setor profissional responsável pela limpeza da cidade, e também pelo bem-estar dos lisboetas, têm sido alvo de sistemáticas desvalorizações, sempre disfarçadas em torno de dois argumentos centrais: a melhoria do serviço público e a proximidade à população.

A falácia destes argumentos são bem patenteados face aos verdadeiros interesses que por detrás destas intenções sustentam a visão e a política do PS e do seu nº 2, António Costa. Falamos, claro está, dos interesses privados. É bom não esquecer que a recolha de resíduos sólidos, ou seja, a limpeza de uma qualquer cidade, é um negócio historicamente apetecido pelos homens dos cifrões, dos mais pequenos aos maiores porque, neste contexto, não é importante fazer qualquer tipo de distinção.

A verdade é que os trabalhadores da CML que fazem parte deste essencial setor profissional, afetos à Direção Municipal do Ambiente Urbano, têm uma ténpera especial, isto é, têm consciência de classe, são unidos e organizados, sempre em torno do seu sindicato há mais de 36 anos! É esta união e a sua disponibilidade para a luta organizada, sempre que necessário, que tem conseguido travar os propósitos de vários executivos municipais, quer do PS, quer do PSD/CDS, que procuraram no tempo respetivo, desmantelar e destruir uma frente de trabalho que durou décadas a ser construída.

Não o conseguiram até agora! Poderemos afirmar que a luta existe para os trabalhadores da limpeza urbana, como a ‘farinha existe para o padeiro’. Sem a conjugação de ambos, os direitos e os respetivos postos de trabalho, já teriam há muito desaparecido! Quem não se lembra da “experiência piloto” da autoria de António Costa, em **dezembro de 2008**? Derrotada pela luta firme e determinada dos trabalhadores, cantoneiros e motoristas que durante uma semana, através da realização de uma greve, fizeram valer os

seus interesses e conseguiram defender os seus postos de trabalho.

Quem não se lembra, da greve de dois dias em **abril de 2010**, em torno a atualização do subsídio de insalubridade, penosidade e risco? O que era ilegal e impossível na argumentação da CML, passou a ser possível e concretizável.

Quem não se lembra do pré-aviso de greve para a **semana do natal de 2011**? Uma ameaça de luta que foi determinante no sentido de impor as propostas de horário que mais nos interessavam, derrotando a intenção da CML em implementar a ‘*semana inglesa*’, isto é, o trabalho de segunda a sábado como jornada normal de trabalho.

Quem não se lembra da semana de greve em **junho de 2012**, em que se alcançou o pagamento que estava em falta do trabalho extraordinário efetuado por muitos trabalhadores, ou a concretização de uma reivindicação que se prolongava há meses, como a admissão de trabalhadores para a Garagem da Remoção, ou ainda a satisfação do pagamento do subsídio noturno sobre a totalidade do vencimento além do pagamento dos devidos retroativos, ou por último, o pagamento de 25% sobre o trabalho extraordinário realizado também no período noturno.

Como não podemos deixar de valorizar igualmente, a ameaça de uma semana de greve em **junho último** que obrigou Antonio Costa a sentar-se à mesa para negociar com os sindicatos, além de se terem alcançado importantes compromissos, assumidos pelo presidente da CML, até ao fim do mandato.

Podemos de facto afirmar que o executivo chefiado por António Costa celebrou diversos e importantes compromissos com o STML ao longo dos últimos anos, mas tal só foi possível, porque os trabalhadores nunca baixaram os braços e mantiveram-se unidos e determinados na luta pelos seus interesses!

É neste caminho que nos devemos manter, cantoneiros, motoristas e STML, porque a realidade, por mais do que uma vez, nos demonstrou ser este o caminho certo, justo e consequente! **Unidos somos claramente mais fortes!** ■



ESPAÇO DOS APOSENTADOS

A Comissão de Reformados do STML tem mantido uma intensa atividade, participando em todas as iniciativas do MSU como resposta às gravosas e injustas medidas deste (des) governo que parece ter os aposentados como seu alvo principal.

Integrámos a grandiosa **Manifestação do 1º de Maio!**

A **10 de maio**, associámo-nos a uma **Concentração de protesto** organiza-



da pela Inter-Reformados de Lisboa e pelo MURPI, frente ao Ministério da "Solidariedade" Social. Ministério do CDS-PP, é responsável pela destruição de direitos sociais e promoção da política em torno da caridadezinha.

A **25 de maio**, correspondendo ao apelo da CGTP, da Inter-Reformados e do STML, participámos na grande **Manifestação em Belém – CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO**, exigindo a **DEMISSÃO DO GOVERNO**.

A **29 de maio** realizaram-se as eleições dos corpos gerentes do STML. Refletindo a importância crescente dos trabalhadores reformados no movimento sindical, dois elementos da nossa Comissão de Reformados integram agora os seus órgãos, nomeadamente, António Rocha para a Assembleia Geral e Henrique Bastos para o Conselho Fiscalizador.

A **5 de junho**, no âmbito do combate pela defesa da Função Pública, dos seus trabalhadores e pensionistas, realizou-se o **1º Encontro de Aposentados da Administração Pública**, que encheu o Auditório do Montepio, e no qual estivemos representados, tanto na assistência como na mesa que

dirigiu os trabalhos.

Destacamos parte da apresentação do economista Eugénio Rosa sobre as «**Grandes Mentiras do Governo**» e a sua desmontagem:

- O empréstimo da troika não foi necessário para pagar salários e pensões como afirmou Passos Coelho, mas sim para pagar aos credores e para financiar a banca e BPN.
 - O sistema da CGA não é mais generoso do que o da Segurança Social (SS) como afirmam os que o atacam.
 - As gerações futuras só recebem dívidas. Com a intenção de dividir, explora-se o conflito intergeracional.
 - A evolução demográfica torna insustentável o sistema de pensões. Esquecem proposadamente o que será gerado pelo aumento de produtividade e pelo crescimento do emprego.
- Segundo o FMI, "o sistema de pensões agrava as desigualdades". É bom recordar que este sistema retira um milhão e oitocentos mil portugueses da pobreza!

No final, os participantes deslocaram-se em manifestação de protesto, sob a forma de cordão humano, até ao Ministério das Finanças.

Solidários com os trabalhadores no ativo, participámos na divulgação da **Greve Geral de 27 de junho**, integrados em equipas da Inter-Reformados; com o STML, nos plenários e visitas a locais de trabalho; aprovando uma moção de apoio à Greve Geral, na reunião de 19 de junho; participando em piquetes de greve e na manifestação do Rossio à Assembleia da República.

ACTIVIDADES LÚDICAS

A **29 de maio** visitámos a Exposição Comemorativa do Centenário de Álvaro Cunhal Bem patenteada, pelos materiais expostos no Pátio da Galé, a luta pela emancipação social do povo português que norteou a vida deste político, intelectual e artista plástico, figura ímpar da nossa história recente.

A **25 de junho** visitámos a Cinemateca no Palácio Foz onde nos foi dado a conhecer e experimentar o chamado pré-cinema - imagens animadas desde as lanternas mágicas até ao cinetoscópio. ■



ÁREA JOVEM

Queremos o país a produzir! O “Impulso jovem” não é solução!

O Governo protagonizou recentemente, através do ministro da Economia, mais um ato da velha propaganda das “Medidas Ativas de Emprego”. Desta vez é o lançamento do renovado “Impulso jovem” que, segundo as declarações, a fazer lembrar as de há uns anos atrás, envolverá mais de 120 mil jovens portugueses.

Perante os gravíssimos dados do desemprego entre os jovens, mais de 42% até aos 35 anos, o Governo do PSD/CDS-PP, apresenta-nos, numa gigantesca, e cara, operação de propaganda, a mesma medida e a mesma falta de soluções.

Esta “renovação” do “Programa Impulso Jovem” não traz alterações de fundo àquilo que são as características essenciais de um conjunto de medidas que, para além de não resolverem o problema do desemprego entre os mais jovens, agravam as situações de discriminação salarial nos locais de trabalho, promovem a precariedade e são um incentivo à substituição de trabalhadores com vínculos efectivos por “estagiários” sem direitos e com menor remuneração.

Segundo o último balanço à aplicação do “Impulso jovem”, antes da suspensão do financiamento destas medidas pelo ex-ministro das Finanças, foram aceites, desde o início de agosto de 2012, 888 candidaturas, 60% das quais, para ocupação de postos de trabalho com vínculos temporários.

A grande maioria dos jovens que foram abrangidos, é licenciada, o que, de acordo com a tabela do valor das bolsas de estágio, faz com que estejam a receber uma remuneração líquida inferior a 650 euros. Este facto ajuda a baixar ainda mais o salário dos restantes trabalhadores, como se comprova. Este é o valor mais alto da tabela, sendo que o mais baixo é de € 419,22, abaixo do salário mínimo nacional e muito abaixo do limiar da pobreza no nosso país. A entrega de financiamento público às grandes empresas, a promoção da precariedade e a propaganda que é feita pelo Governo a medidas que não combatem realmente o desemprego entre os jovens, demonstram quem domina as políticas laborais que hoje querem impor aos jovens trabalhadores.

A União Europeia também recentemente anunciou pomposamente a aprovação de um orçamento de 6 mil milhões de euros para o combate ao desemprego jovem na Europa, verba claramente insuficiente (OIT diz que se-



riam necessários 21 mil milhões) para atacar a sério este flagelo, cabendo a Portugal apenas 150 milhões de euros para serem utilizados, à semelhança do impulso jovem, em formação profissional e estágios profissionais, certamente mal remunerados.

Esta é a política responsável pela emigração crescente de muitos jovens, alguns bem qualificados, que no 1º trimestre deste ano atingiu o número de 60 mil jovens até aos 35 anos e que terão levado com eles 24 mil crianças na aventura de procurar noutro país um futuro melhor e a estabilidade que não encontram aqui.

Este Governo não apresenta soluções que vão ao encontro daquela que é a nossa verdadeira reivindicação. Não a ocupações precárias, a qualquer custo, mas ao trabalho digno, como está consagrado na Constituição da República Portuguesa, com direitos assegurados, garantia de estabilidade, de autonomia e de futuro.

Basta de exploração e empobrecimento! Governo para a Rua! Mudança de política! Eleições antecipadas já!

Só com o fim desta política e de todos os governos que a pratiquem, rompendo com o *memorando de entendimento*, um verdadeiro programa de agressão, é possível a construção de um país onde os recursos naturais e a economia sejam colocados ao serviço das populações e de quem trabalha. ■

Uma breve reflexão sobre as eleições para os corpos gerentes do STML

Realizaram-se, nos dias 28 e 29 de maio, as eleições para os corpos gerentes do STML, para o quadriénio 2013 – 2017. Como foi do conhecimento de todos, apresentou-se a sufrágio apenas uma lista. Um grupo de homens e mulheres propostos pela anterior direção, perspetivando um coletivo de continuidade no projeto sindical a defender, executar e desenvolver. Com a legitimidade agora concedida, os novos Corpos Gerentes do STML estão cientes dos grandes desafios que têm pela frente. Conscientes também, de que, só por si, a Direção deste sindicato não consegue resolver os complexos e inúmeros problemas que se colocam aos trabalhadores.

Só com o envolvimento de todos os trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas, é possível criar as dinâmicas necessárias à prossecução das nossas aspirações e à defesa dos nossos interesses. Assim a história o demonstrou, assim será no futuro! Seremos mais eficientes e eficazes quanto maior for a cumplicidade, a unidade e a coesão entre o sindicato e os trabalhadores que representa.

Na tomada de posse, realizada no dia 6 de junho, contámos com a presença de vários responsáveis do Movimento Sindical Unitário, assinalando a participação do secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos.

Pelos elementos que compõem a nova direção, foi reafirmado o lema do programa eleitoral com que se apresentaram às eleições: “Reforçar a unidade

dos trabalhadores, com os valores de Abril fazer uma cidade melhor”, comprometendo-se a lutar pela dignidade dos trabalhadores em geral, e dos do Município de Lisboa em particular, fazendo justiça aos 36 anos de história do STML e a todas as direções que nos antecederam.

Unidos somos mais fortes! ■



Nos jardins-de-infância o ano letivo 2013/2014 iniciar-se-á em setembro?

O título deste artigo coloca uma pergunta que se impõe nesta altura do ano. No momento em que escrevemos este artigo, isto é, em inícios de julho, não está minimamente assegurado o número de auxiliares de educação necessário ao funcionamento dos jardins-de-infância da rede pública, cujo início do ano letivo terá lugar em setembro próximo.

Certamente que não arrancará na plenitude se a CML não tomar medidas urgentes para colmatar a falta de auxiliares de acção educativa face às necessidades de pessoal que desempenham estas funções, consideradas vitais para o funcionamento destes estabelecimentos de ensino e, direta e indiretamente, para o bem-estar das crianças que os frequentam.

Após a CML se ter comprometido com este sindicato, reconhecendo a debilidade dos serviços municipais nesta área em termos de carência de pessoal, e aceitando, até agora em teoria, abrir concursos de ingresso para a admissão de trabalhadoras, a verdade é que não se vislumbra no imediato o cumprimento destes procedimentos.

A abertura de concurso e a entrada de novas trabalhadoras, além da regularização das que se encontram em situação precária, apesar de consideradas indispensáveis ao bom funcionamento destes equipamentos, permitiria à autarquia de Lisboa, responder ao rácio mínimo de auxiliares por sala nos jardins-de-infância, rácio este, definido pela própria câmara municipal como sendo de uma auxiliar por sala.

Constatando a atual realidade envolvendo uma parte significativa destas trabalhadoras, isto é, estarem com um contrato de prestação de serviço, sinónimo de uma condição precária em relação ao vínculo de trabalho, a abertura e conclusão do concurso supramencionado tem uma importância dupla.

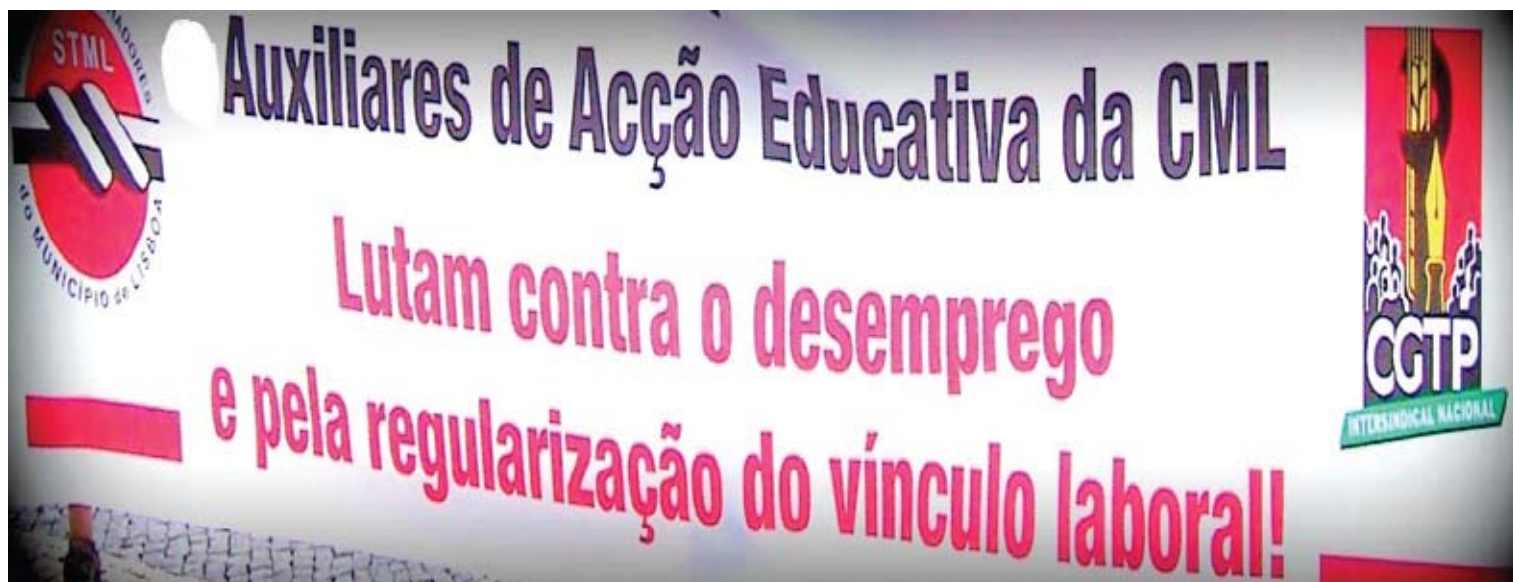
A conclusão deste processo, dependente apenas de vontade política, poderia resolver dois problemas de uma vez só, ou seja, a falta de auxiliares por um lado e a precariedade por outro.

Ainda no final do mês de junho ficaram impossibilitadas de renovar Contrato a Termo Certo, 35 destas trabalhadoras e, segundo os dados de que dispomos, apenas existem, em toda a CML, 112 auxiliares de acção educativa que poderão dar a resposta adequada ao início do próximo ano letivo.

Percebe-se assim, que estamos perante uma realidade claramente insuficiente, face à resposta que é necessária no sentido de assegurar o melhor acompanhamento das crianças, além de puder inviabilizar o bom funcionamento dos jardins-de-infância nas datas previstas. Urge portanto, que o executivo camarário se apresse em dar a resposta a este problema, considerando ser da sua única e exclusiva responsabilidade a sua resolução.

Outro problema que deve merecer da parte dos responsáveis da autarquia uma atenção especial e urgente, diz respeito à carência de fardamentos para estas trabalhadoras. Em alguns casos, as auxiliares de acção educativa, nunca tiveram uma única peça de fardamento fornecida pela sua entidade patronal, embora tenha sido garantido a este sindicato pelo Diretor de Departamento de Educação, que ainda no decorrer do último ano letivo, foram transferidas verbas para os agrupamentos de escolas com o objetivo de resolver esta situação.

A questão que agora devemos colocar, prende-se com o **porquê** de nunca ter chegado o fardamento às trabalhadoras, além de nos levantar sérias dúvidas sobre a atuação de quem deveria fiscalizar **como** são usados os dinheiros que a autarquia transfere para terceiros. ■



Queda do governo: um imperativo nacional

Na ressaca da grandiosa Greve Geral de 27 de junho, o governo de direita, que já sabíamos perdido no seu labirinto, revelou a face mais imoral e perniciosos dos seus protagonistas. Primeiro, o inabalável tecnocrata Vítor Gaspar (subitamente promovido a “professor” pelos bem pensantes opinadores das televisões) demitiu-se a 1 de julho. Alegadamente, o senhor troika, o mais “alemão” dos ministros que Portugal já teve, já havia apresentado o seu pedido de demissão há seis meses, aquando do acórdão do Tribunal Constitucional que lembrou a Passos e seus comparsas ainda vivermos num Estado de direito, e que a lei fundamental da República Portuguesa pode ainda ser um instrumento de resistência do País e dos portugueses aos mandamentos de Berlim e de Bruxelas.

Sem Gaspar, essa encarnação do “bom aluno” das instâncias internacionais e dos “mercados”, Passos Coelho, numa notória atitude de desnorte e desrespeito pelas instituições e pelo povo português, decide promover à pasta das Finanças a secretária de Estado Maria Luís Albuquerque. A nova ministra, aprendiz de Gaspar, igualmente tecnocrata e habituada a saltitar entre cargos públicos por via do cartão laranja, torna-se assim a sucessora na continuidade de um ministro que foi absolutamente incompetente no cargo que ocupou durante dois longos anos. Mas, pior que a incompetência de Gaspar é a política que cegamente preconizou e que, calcula-se, a sua sucessora irá prosseguir. Os resultados estão à vista nas execuções orçamentais desastrosas, no défice em subida constante, na recessão, no desemprego e nos cortes cegos na estrutura do Estado. Para piorar o cenário e dar luz ao caráter absolutamente imoral deste governo, Maria Luís Albuquerque está mais do que envolvida noutro “buraco” que o povo português está a pagar - os swaps – e é acusada de ter mentido descaradamente na Assembleia da República perante os deputados.

Alegadamente, por discordar com esta escolha, Paulo Portas preparava-se já para um dos seus habituais números de “circo”. Pouco antes de Albuquerque tomar posse, Portas demite-se alegando, repare-se, a sua “consciência”. Perante isto, Cavaco foi fazendo orelhas moucas, empossou a nova ministra e Passos falou ao País, prometendo voltar a pedir a mão ao CDS para que seja possível dar continuidade ao de-



sastre. Entretanto, soou de novo a chantagem concertada à direita, seja por via do PSD/CDS, seja pelos “independentes” opinadores da nossa comunicação social: se o governo cai vamos ter de pedir um segundo resgate e nunca mais nos livramos da troika, etc. Por magia, ou mera falta de vergonha, Portas faz as pazes com Passos e, agora, promete-se um novo ciclo, com o casamento da direita a garantir-se, pelo menos, até às eleições Europeias e, conseqüentemente, até 2015, data de fim da atual legislatura.

À hora de fecho desta edição, ainda Cavaco Silva não fechou a ronda de audições aos partidos com assento parlamentar. Nas mãos do amorfo e cúmplice Presidente da República está o futuro imediato do País. Ou o governo é demitido, como manda a razão e o bom senso, ou continuaremos a sofrer a política de desastre nacional de Passos e Portas. Perante os resultados catastróficos destes dois anos de governo PSD/CDS e após esta vergonhosa sucessão de episódios, a queda do governo é um imperativo nacional. Esperemos que Cavaco, à semelhança do povo português, o perceba e tome a única decisão possível perante a tragédia para o povo e os trabalhadores portugueses que representa a continuidade desta gente no poder. ■

Que alternativa quer o PS?

À margem da sucessão de episódios que revela quão podre está o governo PSD/CDS, o Partido Socialista alinha-se no discurso da esquerda quanto à inevitabilidade de realizar eleições com a maior brevidade possível. Porém, aquilo que se vai lendo nas entrelinhas do discurso pouco coerente e algo malabarista de António José Seguro é que a alternativa possível, preconizada pelo PS, parece estar a ser namorada com Paulo Portas e o CDS.

Será porventura especular que o número de ópera bufa oferecido pelo parceiro de governo de Passos Coelho ao País na primeira semana de Julho tenha algo a ver com este namoro. Mas, numa altura em que a política dos agora denominados “partidos do arco da governação” se encontra no *ground zero* da credibilidade e da moral, talvez não seja demais relacionar uma coisa e outra.

Na verdade, o PS ainda não foi capaz de assumir com contundência que pretende rasgar o memorando da troika e ser, de facto, uma alternativa verdadeira à política de desastre da direita. Em suma, a postura híbrida de Seguro em relação à governação socialista de Sócrates, ao memorando da troika e uma certa simpatia para com o CDS faz temer o pior.

Ao mesmo tempo, Seguro diz estar disposto a abrir caminhos de diálogo com todas as forças políticas, notando-se que essa abertura ao consenso parece embicar mais à direita do que à esquerda. Em suma, pergunta-se como é que o PS pretende ser alternativa à política criminoso, anti patriótica e destrutiva do PSD e do CDS contando com o PSD e o CDS a seu lado? ■

O perigo de uma guerra que pode alastrar do Médio Oriente ao Mundo!

Os auto intitulados «amigos da Síria» confirmaram no passado dia 22 de junho, que vão reforçar o envio de armas aos chamados rebeldes, peça fundamental das manobras cujo intuito é prolongar a guerra.

Em Doha, EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Turquia, Egipto, Jordânia, Qatar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita acordaram «dar urgentemente todo o material e equipamento necessário à oposição», e, segundo um diplomata anfitrião, citado pela Lusa, realizarem operações secretas «para mudar a situação no terreno».

O fornecimento assumido de mais e melhor armamento estará já a ocorrer, dando, aliás, seguimento ao levantamento pela UE do embargo à exportação de material bélico a favor de uma das partes do conflito, e ao anúncio pelos EUA de que iriam armar os grupos sírios.

Isso mesmo garantiu à *France Press* um alto responsável da propaganda do denominado Exército Sírio Livre, que revelou, a 21 de junho, o recebimento de «armas modernas, algumas das quais tínhamos pedido (mísseis terra-ar e antitanque, morteiros, munições, equipamento de comunicação, coletes à prova de bala, máscaras de gás, etc.), e que pensamos que podem mudar o rumo da batalha».

Os terroristas reclamam, também, a imposição de uma «zona de exclusão área no Sul e no Norte» do país, mas essa sua pretensão, para já, não foi avançada pelas potências do ocidente e pelas nações suas vassalãs no Médio Oriente.

Conflito e tragédia em crescendo

O presidente russo, Vladimir Putin, denunciou entretanto que cerca de 600 russos e europeus lutam ao lado dos grupos armados. Os números avançados por Putin pecam por conservadorismo, já que vários meios de comunicação social ocidentais (incluindo emissoras de televisão portuguesas), insuspeitos de simpatias para com Bachar al-Assad, têm reportado, no último ano, o amplo recrutamento para as fileiras «rebeldes» de jovens na Europa, Cáucaso e Norte de África. Ainda no dia 21 de junho, a Lusa noticiava que oito pessoas tinham

sido detidas em Ceuta por ligações a redes de captação de fundamentalistas para a Síria, suspeitando-se de ligações à al-Qaeda e ao seu «braço» sírio, a Frente al-Nusra.

À Frente e a bandos do mesmo filão são atribuídas as maiores atrocidades cometidas ao longo dos mais de dois anos de conflito. Fuzilamentos e execuções de famílias e membros de comunidades que se recusam a apoiar os jihadistas; rapto e assassinato de jornalistas e de integrantes de equipas humanitárias; atentados bombistas em zonas urbanas residenciais e ataques a alvos civis; destruição de

todo o tipo de infraestruturas públicas e produtivas; uso de menores em combate; abusos múltiplos e sistemáticos contra as populações; e uso de armas químicas, estão documentados e mostram o cariz da «insurreição» que os países ocidentais, acima referidos, sustentam publicamente com crescente vigor.

A escalada e alastramento do conflito são também um propósito, clarificado pelas manobras de guerra que decorrem na Jordânia, findas as quais os EUA manterão

no território aviões de combate, mísseis 'patriot' e cerca de um milhar de soldados e outros militares talhados para ações «sensíveis», informou o Pentágono.

Precisamente à Jordânia continuam a chegar milhares de refugiados sírios com futuro incerto. No final de 2013, o total ascenderá a quase oito milhões de pessoas, incluindo, aqui, os deslocados internos, diz a ACNUR.

A Síria é já o quarto país no rol dos que mais contribuem para o número de refugiados no mundo, estimado pela Agência das Nações Unidas em 45,2 milhões.

Síria, Afeganistão, Somália e Iraque somam mais de 50 por cento do total de refugiados ao nível global. Todos estes países foram ou estão a ser agredidos pelo imperialismo corporizado e liderado pelos Estados Unidos, os eternos defensores da liberdade, da democracia e da paz (!?). ■



Protocolos do STML

- ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
 - 10% de desconto nas propinas;
 - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG - Instituto Superior de Gestão
- IPES - Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTEAC - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC - Universidades Lusófona
 - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa
 - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusitana
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo
- Millenium BCP
- ENAL - Escola Nacional de Automobilismo
- Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF - Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■